



Prefeitura Municipal de São Joaquim da Barra
Estado de São Paulo
ASSESSORIA ADMINISTRATIVA - SETOR DE FISCALIZAÇÃO DE RENDAS

COMUNICADO : ITR - 2013

Prezado Proprietário:

1 – Levamos ao conhecimento de V.S.a que, conforme **Convênio** celebrado com a **Receita Federal do Brasil**, foram delegadas a este **Município as atribuições de fiscalização, lançamento de ofício e cobrança do Imposto Territorial Rural (ITR)**. (base legal: inc. III, do § 4º, do artigo 153 da CF combinado com o artigo 1º, da Lei Federal 11.250/2005.)

2. Com a celebração do convênio este Município **já faz jus à totalidade do produto da arrecadação do ITR** referente aos imóveis rurais nele situados.

3. Considerando que a partir de 1º de setembro próximo começa a entrega da **Declaração do Imposto Territorial Rural (DITR), referente ao Exercício de 2013**, oportunamente declinamos abaixo algumas informações que se fazem necessárias quando do preenchimento e entrega da referida declaração:

a) o **Valor da Terra Nua (VTN) a ser declarado deverá ser o de mercado, apurado em 1º de janeiro de 2013**; (base legal: Lei Federal nº 9.393, de 1996, art. 8º, § 2º; RITR/2002, art. 32, § 1º; IN SRF nº 256, de 2002, art. 32, § 2º) (*);

(Comunicamos que, para o Exercício de 2013, o Valor da Terra Nua (VTN) por esta Prefeitura informado à Receita Federal, junto ao SIPT – Sistema de Preço de Terra, foi de **R\$25.068,87 (vinte e cinco mil, sessenta e oito reais e oitenta e sete centavos) por hectare**, valor este estabelecido em harmonia com os valores de mercado apurados pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, objeto do Decreto Municipal 140/2013.*

b) a Área de Preservação Permanente (APP) deverá estar contemplada por Ato Declaratório Ambiental (ADA);

c) a área de Reserva Legal deverá estar averbada no Registro de Imóveis e contemplada pelo ADA;

d) a **pequena gleba com área igual ou inferior a 30,00 ha** (trinta hectares) somente estará imune do ITR desde que:

d.1) **seja explorada pelo próprio proprietário** (obs.: quando a área for explorada por contrato de arrendamento, comodato ou parceria ou outro semelhante, estará sujeita à apuração do ITR);

d.2) **não possua outro imóvel rural ou urbano**;

e) para efeito da Lei Federal nº 9.393/96, imóvel rural é a área contínua, formada de uma ou mais parcelas de terras, do mesmo titular, localizada na zona rural do município;

f) enfim, os dados a serem inseridos na DITR deverão espelhar a realidade dos fatos e deverão ser declarados de acordo com legislação que cuida da matéria.



Prefeitura Municipal de São Joaquim da Barra
Estado de São Paulo
ASSESSORIA ADMINISTRATIVA - SETOR DE FISCALIZAÇÃO DE RENDAS

4. É importante registrar que os funcionários desta Prefeitura já treinados junto à Receita Federal estão habilitados a acessar os dados das DITRs, inclusive em relação às declarações de exercícios anteriores.
5. Aquelas propriedade cujas declarações se constatar dados distorcidos da realidade (tais como: Valor da Terra Nua (VTN) em desacordo com o de mercado, Imunidade improcedente, APP inexistente ou sem ADA, área de Reserva Legal inexistente ou não comprovada por ADA e averbação em Registro de Imóveis, Grau de Utilização da propriedade, etc.) serão objeto de fiscalização.
6. Cabe ainda informar que, desde 09.07.2013, a Receita Federal disponibilizou os dados da DIRTs ao municípios conveniados.
7. O objetivo da presente comunicação tem o caráter esclarecedor e preventivo de modo a evitar futuras ações fiscais.

“DECRETO Nº 000/2013, DE 00
DE AGOSTO DE 2.013.

“Apura os Valores da Terra Nua por Hectare (VTN/ha) de imóveis rurais localizados no Município de São Joaquim da Barra para fins de informação à Receita Federal do Brasil, objetivando a cobrança e fiscalização do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR.”

Marcelo de Paula Mian, Prefeito Municipal de São Joaquim da Barra, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e

Considerando o disposto no art. 153, § 4º, III, da Constituição Federal, regulamentado pela Lei nº. 11.250, de 27 de dezembro de 2005, combinado com as disposições contidas no Decreto nº. 6.433, de 15 de abril de 2008, e na Instrução Normativa RFB nº. 884, de 05 de novembro de 2008, e atualizações posteriores, pelos quais a União, por intermédio da Receita Federal Brasil, poderá celebrar convênios com o Distrito Federal e os Municípios que assim optarem, visando a delegar as atribuições de fiscalização, inclusive a de lançamento dos

créditos tributários, e de cobrança do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural;

Considerando que o Município de São Joaquim da Barra firmou o referido convênio com a União em 29 de janeiro de 2009, pelo qual, em sua cláusula sexta, inciso VII, obrigou-se o conveniado a informar à Superintendência da Receita Federal do Brasil (SRRF) de sua jurisdição, de acordo com os critérios e prazos estabelecidos pela RFB, os valores de terra nua por hectare (VTN/ha), para fins de atualização do Sistema de Preços de Terras (SIPT) da RFB; e

Considerando o valor da terra nua indicado pelo Instituto de Economia Agrícola do Estado de São Paulo para a região deste município, conforme pesquisa de preço realizada no ano de 2012;

DECRETA:

Artigo 1º. O Valor da Terra Nua por Hectare (VTN/ha) de imóveis rurais localizados no Município de São Joaquim da Barra, apurados para fins de informação à Receita Federal do Brasil - RFB, objetivando a cobrança e fiscalização do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR para o exercício de 2013, é de R\$25.068,87= (vinte e cinco mil, sessenta e oito reais e oitenta e sete centavos).

Artigo 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Joaquim da Barra, 21 de agosto de 2013
Marcelo de Paula Mian - Prefeito Municipal”

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM DA BARRA